

CURRICULUM VITAE SINTÉTICO

Dados Pessoais

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Naturalidade: Rio de Janeiro/RJ

Data de nascimento: 16/06/1963

CPF: 744.451.387-20

Estado Civil: Casada

Dados Profissionais

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

Endereço: SAFS – Quadra 4 – Lote 1 – Edifício Sede – Sala 111

Telefone: (61) 3527-5155

e-mail: proc-g@tcu.gov.br

Formação

Conclusão dos créditos das disciplinas do curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Del Museo Social Argentino (1998/1999)

Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987/1991)

Histórico Profissional

De 2017 a 2023: Exercício de mandato de Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

2023: Exercício da Vice-Presidência da região Centro-Oeste do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC)

De 2010 a 2017: Subprocuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

De 1995 a 2010: Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

De 1993 a 1995: Procuradora da Fazenda Nacional

De 1992 a 1993: Advocacia em São Paulo e Rio de Janeiro

Idiomas

Inglês: escreve, lê e fala com fluência (Aprovação TOEFL – 1982)

Espanhol: escreve, lê e fala com fluência

Francês: escreve e lê bem

Principais atividades desenvolvidas no Ministério Público junto ao TCU

Promoção da defesa da ordem jurídica, mediante a requisição perante o Tribunal de Contas da União, das medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário

Chefia do Ministério Público junto ao TCU no cargo de Procuradora-Geral (a partir de 2017)

Representante Titular do Ministério Público junto ao TCU em sessões deliberativas do Plenário do Tribunal de Contas da União (a partir de 2017)

Normatização das principais atividades e atribuições pertinentes à atuação finalística e à gestão do Ministério Público junto ao TCU

Reestruturação e modernização administrativa, gerencial, tecnológica e institucional do Ministério Público junto ao TCU

Emissão de pareceres jurídicos e interposição de recursos, na qualidade de fiscal da lei

Interposição de Representação ao TCU sobre irregularidades no âmbito da Administração Pública Federal

Representante Titular do Ministério Público Especializado nas sessões da 2ª Câmara (2010-2017)

Substituição em caráter eventual em sessões deliberativas da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União (1995-2010)

Promoção junto à Advocacia-Geral da União das medidas necessárias à cobrança judicial da dívida decorrente dos acórdãos condenatórios proferidos pelo Tribunal de Contas da União

Principais atividades desenvolvidas na Procuradoria da Fazenda Nacional

Substituição em caráter eventual do Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Campinas (1993/1995)

Apuração da liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária e inscrição para fins de cobrança amigável ou judicial

Representação da União na execução de sua dívida ativa de caráter tributário nas comarcas de Águas de Lindóia, Amparo, Campinas, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Mor, Pedreira, Serra Negra, Socorro e Vinhedo, todas no Estado de São Paulo

Exame prévio da legalidade de contratos, acordos, ajustes e convênios de interesse do Ministério da Fazenda, inclusive os referentes à dívida pública externa e promoção da respectiva rescisão por via administrativa ou judicial

Defesa judicial da União em causas de natureza fiscal

Principais participações em eventos

Abertura do evento Assédio não cabe no TCU - bate-papo sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho promovido pelo TCU – Maio/2023

Abertura do evento Mulheres e Homens construindo um setor público com mais equidade promovido pelo TCU – Março/2023

Palestrante na Sessão Solene do Congresso Nacional para marcar os 130 anos de instalação do TCU – Fevereiro/2023

Mediadora no Fórum Internacional de Auditoria Governamental (International Forum on Government Audit) presidido pelo TCU – Novembro/2022

Conferência da ONU sobre o tema “O futuro da anticorrupção: inovando integridade por meio de tecnologia e parcerias” – Dezembro/2021

Abertura do Diálogo Público TCU+Cidades: o Papel dos Municípios no Enfrentamento à violência contra as Mulheres promovido pelo TCU – Dezembro/2021

Abertura do Ciclo de debates sobre o processo orçamentário das Instituições de Ensino Superior (IFES) promovido pelo TCU – Outubro/2021

Abertura da 1ª Semana do Orçamento realizada pelo TCU – Outubro/2021

Painel de referência sobre a fiscalização do processo de licitação do 5G organizado pelo TCU – Abril/2021

VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas – Online – Novembro/2020

Diálogos com o TCU – 7ª Edição – Luiza Trajano – Outubro/2020.

Palestrante no 4º Simpósio de Controle Interno organizado pelo Ministério da Defesa – Novembro/2018

Simpósio Elas por Elas organizado pelo CNJ – Agosto/2018

Seminário Igualdade de Gênero e Cidadania: combate à violência contra a mulher promovido pela Advocacia Geral da União (AGU) e pela Escola da AGU – Novembro/2017

12º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública – Rio de Janeiro, Brasil – Outubro/2016

Fighting the Hidden Tariff: Global Trade Without Corruption – Paris, França – Abril/2016

Diálogo Público: Desafios para o Sucesso das Olimpíadas Rio 2016 - Realização e Legado – Rio de Janeiro, Brasil – Agosto/2015

XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – Paraná, Brasil – Novembro/2014

**Principais
condecorações**

Medalha do Pacificador – Agosto/2021

Admitida ao Grau de Comendador da Ordem do Mérito Naval pelo Presidente da República – Junho/2020

Medalha Mérito Tamandaré expedida pelo Comandante da Marinha – Dezembro/2018

**Principais
publicações**

Sociedade de Economia Mista exploradora de atividade econômica – ato de alienação de bem móvel diretamente vinculado a atividade fim da empresa – descabimento de certame licitatório – interpretação dos arts. 37, XXI, e 173 da Constituição Federal. Informativo de Licitações e Contratos nº 40, pp. 448/452

Contratação direta – hipótese de comprometimento à segurança nacional – prevalência dos princípios administrativos fundamentais – financiamento do objeto pelo contratado – legalidade – observância ao princípio do tratamento igualitário. Informativo de Licitações e Contratos nº 37, pp. 335/349

Tribunal de Contas – Fiscalização – Sigilo Fiscal – o sigilo bancário, de que trata o art. 38 da Lei nº 4.595/64, não se aplica às ações de fiscalização do Tribunal de Contas da União. Revista do Direito Administrativo, vol. 2066, pp. 338/349

– Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46925/45845>
